



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2013

Termos de Referência para fornecimento,
Instalação e Treinamento de
Estação de Tratamento De Esgotos para a
Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT

Agosto de 2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

1. OBJETO

Contratação de empresa que forneça, instale, opere, monitore e preste treinamento operacional por 120 (cento e vinte) dias, de uma estação de tratamento de esgoto compacta (pré-fabricada) a ser instalada na Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT.

2. JUSTIFICATIVA

A execução do serviço em tela atenderá às necessidades de estrutura física da Nova Sede do DPF em Cáceres/MT, situado Av. Getúlio Vargas, S/N – COC – Cáceres/MT (ao lado da sede atual) garantindo condições mínimas para destinação do esgoto gerado pela Nova Delegacia de Polícia Federal uma vez que não temos rede pública de esgotos na região e por não podermos dispensar o esgoto junto ao terreno pela proximidade do lençol freático sob pena de contaminá-lo. Portanto temos que dispensar o esgoto junto à rede pública de água pluviais, devidamente tratado, obedecendo as normas técnicas e legislações ambientais para este despejo.

3. VISTORIA

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, em visitas a serem programadas após a publicação do edital pela SR/DPF/MT, devendo o licitante informar-se para o agendamento previamente pelo telefone (65) 3614-5641 ou (65) 9915-8196.

As visitas para vistoria serão programadas a partir do dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

A vistoria é mera faculdade do licitante, porém este assume os riscos do dimensionamento equivocado de sua proposta e erro na avaliação das condições do local/instalações caso opte por não realizá-la.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Fornecimento, Instalação e Treinamento de Estação de Tratamento que atenda a legislação ambiental vigente, com capacidade para tratar os efluentes da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT

Localidade: Cáceres/MT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

Carga Orgânica = 12,96 kg DBO₅/dia/pessoa;

Vazão Média = 0,50 L/s;

População atendida = 200 habitantes

Endereço para implantação: Av. Getúlio Vargas esquina com Rua Membeca - Ao lado da atual sede da Polícia Federal em Cáceres/MT

Área disponível: 18m x 10m = 180m² (atrás da construção principal – Delegacia -, ao lado da subestação de energia).

Os trabalhos que deverão ser executados pela empresa contratada são os seguintes:

- a) Realização de Sondagens (caso seja necessário) para garantir a execução adequada da base que receberá a Unidade de Tratamento – Estação de Tratamento de Esgotos Compacta;
- b) Execução da Base;
- c) Fornecimento das unidades, equipamentos e tubulações de interligações que comporão a ETE;
- d) Montagem da ETE e respectivas tubulações de interligações;
- e) Elaboração e Fornecimento do Projeto Executivo da ETE, incluindo os Projetos Hidráulicos e complementares (Estrutural, Elétrico, Automação, Instrumentação, Paisagístico);
- f) Instalação dos equipamentos eletro-mecânicos, painéis elétricos e sistema de automação;
- g) Execução das unidades de desidratação de lodo (leitões de secagem);
- h) Execução da tubulação de destinação final do efluente da ETE;
- i) Execução do projeto urbanístico, incluindo cerca e portões;
- j) Fornecimento dos Manuais de Instrução, Treinamento e Manutenção de todo o sistema;
- k) Treinamento da ETE pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
- l) Treinamento de pessoal para operação da ETE, durante 120 (cento e vinte) dias após o início da operação;
- m) Monitoramento do Sistema: Análises laboratoriais e execução de poços piezométricos para monitoramento do lençol freático na área de infiltração, se necessário;
- n) Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do projeto (arquitetônico, hidráulico-sanitário, estrutural, elétrico, instrumentação e automação) e especificação dos equipamentos.

A Estação de Tratamento de Esgoto compacta deverá ser montada e apoiado-enterrada em base resistente e distribuída convenientemente no terreno em acordo com definição dos projetos executivos a serem fornecidos pela contratada.

A Estação de Tratamento de Esgoto Compacta deverá ser fornecida em material que aceite a ação de intempéries sem provocar danos ao funcionamento operacional do sistema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

A Contratada deverá ser responsável por atender todas as Normas e Legislações ambientais, nas esferas municipal/estadual/federal, devendo ainda verificar se há necessidade de qualquer tipo de licenciamento ambiental. Sendo necessário, a contratada deverá providenciar todos os requisitos necessários para concessão do licenciamento, além de arcar com os custos para sua obtenção.

5. UNIDADES DE TRATAMENTO

Apresentaremos a seguir as unidades que deverão integrar a ETE.

5.1 Pré-Tratamento

Unidade de chegada do esgoto bruto, constituída de uma caixa de chegada, uma fase de gradeamentos manuais, desarenador e caixa de gordura.

A chegada do esgoto bruto será por recalque, devendo-se prever uma caixa de chegada. O pré-tratamento deverá ser projetado de maneira a oferecer carga hidráulica às unidades subseqüentes.

O gradeamento de sólidos inorgânicos poderá ser composto pela seqüência de uma grade média e uma fina, ambas de limpeza manual. O espaçamento entre as barras na grade média deverá ser igual a 2,0 cm e na grade fina igual a 1,0 cm, com espessura de barras de 4,0 a 6,0 mm.

A desarenação deverá ser constituída de pelo menos uma caixa de areia com drenos para esgotamento da areia em caçambas transportadoras e dispositivo “By-Pass, para eventuais serviços de limpeza e manutenção.

A caixa de gordura deverá possuir dispositivo de raspagem da gordura flotada para caçambas coletoras.

5.2 Unidade Equirepartidora de Vazões

Essa unidade terá a função de distribuir igualmente as vazões para a unidade subseqüente. Prever sua execução elevada de maneira a oferecer carga hidráulica às unidades seguintes.

5.3 Tratamento Secundário

Receberá o esgoto bruto, precedida de pré-tratamento, é responsável pela estabilização da matéria orgânica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

O sistema de tratamento poderá ser anaeróbio ou aeróbio. Porém, seja qual for o sistema adotado, deverá atender a eficiência mínima exigida nesse documento. Se dimensionado como lodo ativado – aeração prolongada, deverá prever dispositivo para combate a formação de espuma. Os equipamentos de aeração deverão, caso possível, ser controlados por temporizadores ou microprocessadores.

Deverá ser prevista a retirada do lodo excedente através de sistema programado por temporizadores e o controle dos gases gerados.

A empresa vencedora deverá garantir que o limite máximo de ruído, medido a 5,00 m (cinco metros) da casa dos sopradores e/ou aeradores, não ultrapasse 60 dB.

5.4 Desidratação do Lodo

Deverão ser previstos unidades de desidratação de lodo - leitos de secagem de lodo nos padrões usuais previstos em norma específica, para acumular e secar o lodo descartado durante 15 dias. Outro tipo de processo de desidratação poderá ser proposto.

5.5 Unidade de Desinfecção

Unidade dimensionada para proporcionar o tempo necessário de contato entre o agente desinfetante e o efluente tratado, a fim de reduzir os organismos patogênicos a níveis aceitáveis. Deverá ser previsto dispositivo de controle automática do desinfetante no efluente tratado.

5.6 Tratamento de Odores

A empresa deverá prever e implantar sistema para tratar os odores. Essa unidade é obrigatória.

5.7 Remoção de Nutrientes

A ETE deverá conter tratamento para retirada de nutrientes (Nitrogênio e Fósforo). Essas unidades deverão ser fornecidas pela empresa contratada.

5.8 Unidade de Decantação

Unidade responsável pela separação líquido-sólido através da decantação, dotado de dispositivo para saída de fundo do lodo decantado até a elevatória de retorno, vertedores de líquido clarificado e retentores do sobrenadante. No caso do processo de lodos ativados essa unidade é obrigatória.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

5.9 Elevatória de Lodo Decantado

Unidade destinada a recalcar parte o lodo, caso necessário, do decantador secundário ao tanque de aeração ou aos leitos de secagem. O sistema de recalque de retorno de lodo deverá prever uma bomba a mais como reserva técnica (na prateleira). No caso do processo de lodos ativados essa unidade é obrigatória.

6. EFICIÊNCIA DO PROCESSO

Os parâmetros mínimos de eficiência, requeridos pela ETE compacta, são os seguintes:

PARÂMETROS	REMOÇÃO
DBO _{5,20}	≥ 90%
DQO	≥ 80%
Sólidos Sedimentáveis	1,0 ml/l
Coliformes Totais	< 1000 NMP/100 ml
Coliformes Fecais	< 200 NMP/100 ml
Fósforo Total*	1,0 mg/L
Nitrogênio Total*	10,0 mg/L

* para lançamento do efluente em lagos, lagoas e estuários, conforme legislação ambiental estadual.

O monitoramento do processo da Estação de Tratamento de Esgotos Compacta deverá ser executado pela empresa fornecedora da unidade em laboratório conceituado.

Deverão ser feitas análises dos parâmetros avaliados para controle de eficiência do sistema, condizentes com o tipo de tratamento, conforme legislação ambiental. A contratada deve também monitorar o corpo receptor dos efluentes tratados e o lençol freático, no caso de infiltração em solo, para isso deverá executar 3 (três) poços piezômetros para monitoramento do lençol freático na área de infiltração no terreno de cada Estação de Tratamento Compacta.

As análises dos parâmetros acima descritos deverão ser realizadas semanalmente, a partir da operação do treinamento até 120 (cento e vinte) dias.

7. PROJETO DA ETE COMPACTA

7.1 Memorial de Projeto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

A empresa contratada deverá apresentar o projeto executivo da Estação de Tratamento de Esgotos com os Memoriais Descritivos do dimensionamento hidráulico da ETE e das especificações dos equipamentos. No relatório dos projetos e nos manuais a serem fornecidos, deverão constar:

- a) lay-out das unidades previstas e tubulações de interligações;
- b) dimensionamento das unidades integrantes da ETE;
- c) dimensionamento e especificação dos equipamentos previstos;
- d) elaboração do fluxograma do processo;
- e) perfil hidráulico da ETE;
- f) plantas, cortes e detalhamentos do projeto arquitetônico da ETE, incluindo tubulações, apresentadas em desenhos formato A1, em escala conveniente;
- g) elaboração dos memoriais de dimensionamento hidráulico, estrutural, elétrico e de especificações dos equipamentos;
- h) fornecimento do Manual de treinamento do sistema de tratamento;
- i) fornecimento do Manual de instalação e manutenção dos equipamentos.

7.2 Projetos Complementares

A empresa contratada deverá fornecer também os projetos: estrutural, paisagístico, instrumentação e automação e respectivos memoriais descritivos, plantas, cortes, detalhamentos e especificações das unidades de tratamento e dos equipamentos, além de planilha de quantidades.

8. EXIGÊNCIA TÉCNICA

As empresas proponentes deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica (ACT) de **Fornecimento e Instalação de no mínimo uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), compacta, com vazão média igual ou superior a 1,0 L/s**, pertinente e compatível com o objeto da licitação. O ACT deverá ser emitido em papel timbrado da emitente, datado, assinado, com as seguintes informações:

- Identificação da pessoa jurídica emitente;
- Nome e cargo do signatário;
- Objeto contratual;
- Prazo de execução dos serviços;
- Quantitativo fornecido;
- O cumprimento do prazo de entrega;
- Descrição sucinta do processo utilizado no tratamento da ETE, com a respectiva performance obtida no tratamento em termos de DBO, DQO, Sólidos Sedimentáveis, coliformes termotolerantes, fósforo total e nitrogênio total;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT**

8.1 Equipe Técnica

As empresas concorrentes deverão apresentar equipe técnica constituída de no mínimo 01 Engenheiro Sanitarista, devidamente registrados no CREA.

8.2 Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

A empresa contratada deverá recolher ART junto ao CREA/MT, responsabilizando-se pelo projeto, especificações e equipamentos e treinamento durante o período de 120 (cento e vinte) dias.

9. OBSERVAÇÕES

9.1 Especificação dos Materiais

Todas as unidades pertencentes ao sistema de tratamento deverão ser fornecidas em materiais que resistam ao tempo e a umidade, caso contrário, deverão apresentar as especificações da proteção contra corrosão ou degradação, tais como: material a ser aplicado, espessura das camadas protetoras, tipo de tratamento superficial, etc.

9.2 Serviços de Montagem

O transporte, fornecimento, instalação e montagem das unidades e equipamentos da ETE, bem como, a montagem das tubulações de interligações entre as unidades de tratamento, serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

9.3 Análise dos Projetos Executivos

Antes de iniciar a implantação da ETE, a empresa contratada deverá submeter os projetos à análise e à aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES/MT por seu setor ambiental responsável.

9.4 Projetos para Aprovação

Os projetos e relatórios deverão ser desenvolvidos de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, e as regras do setor ambiental responsável da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT.

10. PRAZOS

Os prazos para elaboração dos projetos e os serviços de fornecimento das unidades, serão os seguintes:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

- a. Execução das Sondagens (caso seja necessário) - 15 (sessenta) dias após assinatura do contrato (15 dias para análise);
- b. Entrega do Projeto da Estação Compacta e Manual Operacional - 15 (quinze) dias após assinatura do contrato;
- c. Execução da Base de Concreto/Serviços Cíveis - 45 (quarenta e cinco) dias após assinatura do contrato (05 dias para análise);
- d. Montagem da ETE - 90 (noventa) dias após assinatura do contrato;
- e. Operação da ETE e Treinamento - 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do início da treinamento;
- f. O prazo total do contrato é de 285 (duzentos e oitenta e cinco) dias, incluindo o prazo de treinamento assistida (120 dias).

O contrato poderá ser prorrogado caso após a montagem da ETE, não se tenha ligações suficientes para a treinamento da estação. A contratada ficará responsável pela treinamento, monitoramento e instrução aos operadores pelo período de 120 (cento e vinte) dias após o sistema possuir vazão suficiente para sua treinamento normal.

11. CUSTO ESTIMADO DA ETE COMPACTA

- a. Valor estimado da presente contratação é de **R\$ 278.500,00 (duzentos e setenta e oito mil e quinhentos reais)**, incluindo todos os projetos executivos/documentações/aprovações, fornecimento de ETE e todas as adaptações necessárias ao local de instalação.
- b. O valor estimado acima foi obtido mediante pesquisa de mercado, elaborado com base em orçamentos recebidos.
- c. Os preços apresentados nas propostas dos licitantes estão vinculados ao prazo de validade da ata de registro de preços, salvo os casos previstos nas legislações pertinentes;
- d. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, seguros, impostos, taxas, frete, embalagens, montagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais desta Licitação; e
- e. Os preços serão fixos e irrevogáveis.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT**

12. FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados da seguinte maneira:

- a. 10% do contrato, 30 dias após a entrega do Projeto da Estação Compacta e Manual Operacional;
- b. 10% do contrato, 30 dias após aprovação da execução das sondagens (caso seja necessário) e base;
- c. 40% do contrato, 30 dias após Montagem dos Equipamentos e Entrega da ETE compacta para início da treinamento, incluindo a urbanização;
- d. 40% do contrato, após os 120 dias de treinamento - 30 dias após transcorrido o período operacional.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a. Efetuar a entrega dos bens e serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal detalhada;
- b. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrente do produto/serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- d. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- e. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

- g. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- h. Assegurar à Contratante, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008:
- i. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- j. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- k. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- l. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- m. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- n. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- o. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- p. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- q. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- r. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- a. Fornecer materiais compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2.
- b. Acondicionar os produtos em embalagens compostas se possível por materiais recicláveis.
- c. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- d. Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

- a. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- b. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e. pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- f. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT**

16. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os bens/serviços serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 120 (cento e vinte) dias do recebimento provisório.
- c. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- d. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens/serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

17. MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

18. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a. A fiscalização será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- b. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- c. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT

responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

d. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

A proposta deverá conter:

a. O preço unitário e total por item, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência;

b. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto;

c. prazo de garantia do produto; e o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

d. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

20. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

21. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/DPF/MT**

(via original assinada)

RONALDO CRUZ
Agente de Polícia Federal
Primeira Classe – Matrícula nº 15.105
GTED/GSR/DPF/SP

APROVAÇÃO:

Aprovo este termo de referência e AUTORIZO o procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

Cuiabá/MT 14 de agosto de 2013.

(via original assinada)

ELZIO VICENTE DA SILVA
Delegado de Polícia Federal
Matrícula 9.281
Superintendente Regional da SR/DPF/MT